



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

13ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Zonas Úmidas

Ajuda Memória

No dia **15 de maio de 2014**, na Sala T-13 do edifício do Ministério do Meio Ambiente na SEPN 505, Brasília-DF, realizou-se a décima terceira Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Zonas Úmidas.

MEMBROS DO COMITÊ PRESENTES NA REUNIÃO:

Fernando Tatagiba – SBF/MMA (Secretário Substituto da SBF/MMA)
Davi de Oliveira Paiva Bonavides – MRE/DEMA
David Guimarães Rocha – SRHU/MMA
Débora Calheiros – Rede Pantanal Juliana Bosi de Almeida – BirdLife
Internatinal/SAVE Brasil
Karina Luiza de Oliveira – FBOMS/Mater Natura
Kleber Souza dos Santos – MAPA
Luiz Augusto Preto – ANA
Maria Teresa Fernandez Piedade – SBPC
Nelson Ananias Filho – CNA
Reinaldo Luiz Bozelli – Associação Brasileira de Limnologia
Rosana Cristina Pezzi D'Arrigo – ICMBio
Yara Schaeffer Novelli – Rede Manguemar

DEMAIS PRESENTES:

Bianca Luiza Reinert – Mater Natura
Carolina Joana da Silva – UNEMAT
Cátia Nunes da Cunha – UFMT/INAU
Florian Wittmann – INPA/MAXPLANCK
Irineu Bianchini – UFSCar Ivan Seixas Barbosa – SBF/MMA
Luiza Chomenko – FZB/RS
Marcos Nogueira – UNESP/PMARCO
Maurício Pompeu – SBF/MMA
Paula – ICMBio
Roberto Ribas Gallucci – SBF/MMA
Verônica Barros – SBF/MMA
Waldemar Londres Vergara Filho – ICMBio

1. Abertura

O Sr. Fernando Tatagiba, Secretário Substituto da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do MMA, iniciou a reunião dando boas vindas aos presentes e solicitou a todos que se apresentassem. Em seguida, fez um breve relato a respeito da criação do Departamento de Biodiversidade Aquática, Mar e Antártica, onde o tema Ramsar seria gerido no Ministério.

2. Aprovação da Ajuda Memória da 12ª Reunião Ordinária do CNZU

Após breves considerações, a Ajuda Memória da 12ª Reunião Ordinária do CNZU foi aprovada. A conselheira Débora Calheiros (Rede Pantanal) questionou a ausência da gravação e estenotipia para registro da reunião. Em resposta, o Sr. Roberto Gallucci informou que esta seria uma experiência para contenção de gastos e otimizar a elaboração da relatoria, documento que deveria ser sucinto e refletir apenas as questões principais discutidas, além dos encaminhamentos propostos.

Conforme resultado deste novo processo de relatoria, a SBF/MMA poderia voltar a dispôr dos serviços de gravação, degravação e estenotipia nas reuniões subsequentes do colegiado. De qualquer modo, a SBF/MMA se comprometeu em encaminhar a minuta de relatoria em no máximo 15 dias para considerações dos membros.

3. Informes

Foi informado que:

- A SBF/MMA havia lançado a revista “As Zonas Úmidas Cuidam da Água”. Este seria o resultado da tradução e adaptação da revista que o Secretariado de Ramsar havia produzido no ano de 2013. Nesse momento, foi dito que a SBF/MMA estaria trabalhando na revista de 2014, cujo tema seria “Zonas Úmidas & Agricultura: Parceiros no Desenvolvimento”;

- A SBF/MMA havia contratado um consultor para auxiliar na elaboração do Relatório Nacional sobre a implementação da Convenção de Ramsar. Esta seria uma demanda da Convenção frente à realização da COP-12, em 2015. Foi informado que os membros do CNZU seriam consultados para sugerirem informações ao relatório, a ser entregue ao Secretariado de Ramsar até 01 de setembro de 2014. Solicitou-se que fosse disponibilizado a todos o Relatório Nacional elaborado para a COP-11, de modo a subsidiar, comparativamente, a análise crítica do novo relatório;

- A SBF/MMA havia contratado uma consultora para auxiliar no preenchimento de novas fichas para designação de Sítios Ramsar, quais sejam: APA Carste de Lagoa Santa; APA de Cananéia-Iguape e Peruíbe; ESEC de Guaraqueçaba; e PARNA de Anavilhanas. Foi dito que a escolha das UCs, com exceção da APA Carste de Lagoa Santa (demanda espontânea com a apresentação de uma primeira minuta de Ficha Ramsar), foi baseada na Recomendação CNZU nº 5/2012 e acordos com o ICMBio e a consultora. Nesse momento, a representante da Rede MangueMar, a Sra. Yara Novelli, informou que em 1999 havia ajudado a elaborar uma proposta de designação para a

região da APA de Cananéia-Iguape e Peruíbe, e que poderia encaminhar o documento à consultora contratada;

- Foi dito que seria realizada a Conferência das Partes de Ramsar nº 12 (COP-12), em Punta del Este, no Uruguai, no período de 1 a 9 de junho de 2015. Assim como nas outras COPs, o Secretariado da Convenção iria encaminhar as minutas de resoluções com alguma antecedência, e que deveriam ser apreciadas pelos membros do CNZU, de modo a subsidiar a delegação brasileira na reunião;

- Foi informado que naquele em 2014 o Brasil era o coordenador da “Iniciativa Regional de Conservação e Uso Racional das Zonas Úmidas da Bacia do Prata”, criada no âmbito de Ramsar. Por isso, a SBF/MMA estaria planejando uma reunião com os cinco países componentes da iniciativa na RPPN SESC Pantanal, um Sítio Ramsar. A reunião deveria ocorrer no mês de Setembro de 2014 e seria oportuno contar com a participação da sociedade civil, além do governo. Foi dito que o Inventário das Áreas Úmidas de toda a Bacia seria um dos temas debatidos na referida reunião;

- Foi informado que, a partir de abril de 2013, Ramsar contava com um novo Secretário-Geral, o Sr. Christopher Briggs e que, portanto, o novo Planejamento Estratégico de Ramsar, a ser apreciado na COP-12, provavelmente deveria expressar um novo olhar sobre a Convenção. Por essa razão, aquele seria um bom momento para o Brasil sugerir modificações no Planejamento de Ramsar;

- Foi lida uma “Nota à Imprensa” redigida pela Administração do SESC Pantanal, na qual era informado que o SESC estaria à disposição das autoridades para contribuir com as ações de repressão a crimes dentro de sua unidade. A Nota teria sido motivada pela realização de uma operação conjunta da Polícia Federal e do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar de Mato Grosso, realizada na região da RPPN SESC Pantanal, voltada à repressão ao tráfico de entorpecentes, quando um empregado da entidade fora preso;

- A representante da Rede Pantanal, a Sra. Débora Calheiros, entregou à Secretaria-Executiva do CNZU o documento síntese do evento: “Diálogos de Saberes: os impactos das represas e da fragmentação dos rios na pesca artesanal e modos de vida locais no Pantanal”, realizado em Cáceres/MT;

- A representante da Rede Pantanal, a Sra. Débora Calheiros, mencionou que, a despeito da Lei do Pantanal (Lei Estadual nº 8.830/2008), as OEMAS de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul estariam licenciando PCHs na região. Nesse momento, entregou à Secretaria-Executiva do CNZU, para ciência, um parecer assinado pelo representante do Instituto Centro de Vida – ICV no CONSEMA/MT, com voto pela não concessão da Licença Prévia da PCH Itiquira III juto àquele Conselho. Segundo a representante, tal parecer não teria sido considerado no processo de licenciamento;

- Foi entregue à Secretaria-Executiva do CNZU um documento assinado pela representante da Rede Pantanal, a Sra. Débora Calheiros, e pelo representante da ABLimno, o Sr. Reinaldo Bozelli, o qual solicitava que: “futuramente o MMA tome a frente sobre a revisão desta legislação [código florestal] em bases realmente técnicas,

incluindo o resultado da avaliação do Grupo de Peritos em Áreas Úmidas para a Classificação e Inventário das Áreas Úmidas Brasileiras sobre o conceito de áreas úmidas e indicações e salvaguardas para sua proteção e uso racional”. Solicitavam ainda que a Moção sobre a questão, apresentada na 10ª Reunião Ordinária do CNZU, realizada em maio/2012, fosse devidamente avaliada e votada pelo CNZU em reunião subsequente. Acordou-se, então, que este seria um ponto de pauta da reunião subsequente. Para isso, seria necessário que a minuta de Moção fosse disponibilizada a todos membros em tempo suficiente para avaliação e consulta aos representados. Nesse momento, Maurício Pompeu (SBF/MMA) recordou que as minutas de pauta das reuniões são encaminhadas cerca de 1 mês antes de suas realizações, e é solicitado que aqueles que desejassem sugerir alterações, como a inclusão de documentos para debate, que o fizessem em no máximo 15 dias, para só então a SBF/MMA encaminhar a pauta em sua versão final;

- Após questionamento da representante da Rede Pantanal, a Sra. Débora Calheiros, informou-se que a SBF/MMA havia encaminhado ofícios às OEMAS de MT e MS, visando subsidiar a SBF/MMA perante a Convenção de Ramsar, que questionou a conservação das áreas úmidas da região do Pantanal frente aos processos de licenciamento ambiental das PCHs. Também foi dito que os ofícios ainda não haviam sido respondidos pelos órgãos estaduais.

4. Relato da 1ª Oficina de Trabalho sobre Classificação e Inventário das Áreas Úmidas Brasileiras

Foi dito que nos dias 13 e 14 de maio de 2014 fora realizada a 1ª Oficina de Trabalho sobre Classificação e Inventário das Áreas Úmidas Brasileiras, organizada pela SBF/MMA. Mencionou-se que durante a oficina, os diversos pesquisadores presentes acordaram uma nova definição de “área úmida” adaptada à realidade do Brasil, baseada no trabalho de Junk e colaboradores (2013)¹:

“Áreas Úmidas são ecossistemas na interface entre ambientes terrestres e aquáticos, continentais ou costeiros, naturais ou artificiais, permanente ou periodicamente inundados ou com solos encharcados. As águas podem ser doces, salobras ou salgadas, com comunidades de plantas e animais adaptadas à sua dinâmica hídrica.”

Informou-se que, apesar de não explicitar os corais, o MMA continuaria atuando para sua conservação, na medida que reconhece sua importância e que eles continuariam sendo considerados no âmbito da implementação da Convenção de Ramsar. Nesse momento, sugeriu-se que o CNZU trabalhasse em uma proposta que considerasse os ecossistemas costeiros e marinhos como um “bioma”, e este deveria ser reconhecido pelo IBGE.

1 Junk, W.J; Piedade, M.T.F; Lourival, R; Wittmann, F; kandus,P; Lacerda, L.D; Bozelli, R.L; Esteves, F.A; Cunha, C.N; Maltchik,L; Schöngart, J; Schaeffer-Novelli,Y; Agostinho, A.A. 2013. *Brazilian wetlands: their definition, delineation, and classification, for research, sustainable management, and protection*. Aquatic Conservation: Marine and Freshwater Ecosystems.

Durante a reunião, sugeriu-se que o novo conceito de área úmida aprovado fosse uma interpretação do MMA para políticas públicas, sem prejuízo do Decreto n.º 1.905, que internaliza a Convenção de Ramsar, e a representante da Rede Pantanal apresentou como proposta a revisão da Lei n.º 12.651, conhecida como “novo código florestal”.

Além do conceito, a Oficina de Trabalho centrou-se na discussão de um Sistema de Classificação das Áreas Úmidas do Brasil, também baseado no trabalho de Junk e colaboradores (2013), e no protocolo para realização de inventários, principalmente em escala nacional e na elaboração do que seria chamado “Panorama das Áreas Úmidas do Brasil”.

Um ponto questionado na reunião foi a definição da extensão das áreas úmidas, que não fora discutida durante a Oficina de Trabalho. Sugeriu-se, portanto, que este tema deveria ser melhor debatido, em um primeiro momento por e-mail e, posteriormente, presencialmente em outras oportunidades.

A representante da Rede Manguemar, a Sra. Yara Novelli, apresentou uma breve análise da Oficina e entregou à Secretaria-Executiva do CNZU um documento, assinado pelos especialistas em áreas úmidas presentes no evento (Bianca Luiza Reinert, Carolina Joana da Silva, Catia Nunes da Cunha, Débora Calheiros, Florian Wittmann, Irineu Bianchini, Luiza Chomenko, Marcos Gomes Nogueira, Maria Teresa Fernandes Piedade, Reinaldo Bozelli, Yara Schaffer) onde era mencionado que, diante dos significativos resultados da Oficina, solicitavam ao CNZU reconhecimento ao trabalho realizado e recomendavam à SBF/MMA que promovesse as medidas cabíveis para dar a estrutura administrativa e a efetividade para o devido atendimento aos objetivos de Classificação e Inventários das Áreas Úmidas Brasileiras.

Ao final, foi informado que a SBF/MMA ainda receberia as indicações de especialistas para comporem a Comissão Técnica de Classificação e Inventário de Áreas Úmidas, que seria criada por Portaria do MMA.

5. Relato da elaboração dos PAN-Corais, PAN-Manguezais e Projeto Manguezais do Brasil

PAN-Corais: Paula, do ICMBio, relatou a oficina ocorrida em Arraial d'Ajuda/BA, quando foram identificados 14 objetivos específicos e 197 ações, que seriam condensadas em um número menor. O relatório da oficina seria revisado e encaminhado aos membros do CNZU assim que finalizado.

PAN-Manguezais: Paula, do ICMBio, relatou brevemente o andamento do PAN, com a programação de oficinas.

Projeto Manguezais do Brasil: Waldemar Londres Vergara Filho, também do ICMBio, relatou o Plano de Gestão Integrada de recursos pesqueiros, que consideraria bases ecossistêmicas, no Salgado Paraense. Mencionou que o relatório estaria finalizado e que consideraria informações diversas, como etnoconhecimento. Disse que o projeto da cadeia produtiva sustentável de caranguejos estaria bem adiantado, e contaria com apoio de muitos catadores e aplicação de novos procedimentos para diminuir a

mortalidade dos animais. O Projeto Manguezais do Brasil estaria em revisão substantiva para avaliar e orientar sua execução em sua fase final.

6. Candidaturas a novos Sítios Ramsar no Brasil

Inicialmente, informou-se que as Fichas Ramsar das candidaturas a novos Sítios Ramsar haviam sido previamente analisadas pela SBF/MMA e encaminhadas com antecedência a todos membros do CNZU, lembrando que compete ao CNZU sugerir e avaliar a inclusão de novos Sítios na lista de zonas úmidas de importância internacional da convenção de Ramsar.

Bianca Luiza Reinert (Mater Natura), então, apresentou a proposta de Sítio Ramsar no interior da APA Estadual de Guaratuba, no Estado do Paraná. Em sua detalhada apresentação, foi dito que a APA abrigaria cerca de 40.000 ha de áreas úmidas em bom estado de conservação. Além disso, mencionou, por exemplo, que a baía de Guaratuba e entorno seriam considerados de máxima prioridade para conservação pelos workshops promovidos pelo MMA sobre a conservação da Zona Costeira e da Mata Atlântica, e possuiriam diversas características físicas e atributos biológicos que permitiriam que ela fosse enquadrada nos critérios definidos pela Convenção Ramsar para a designação de Sítios Ramsar. Importante ressaltar que a proposta de Sítio era um recorte geográfico no interior da APA, não correspondendo, portanto, aos limites exatos da Unidade de Conservação, e sim cerca de 20% de seu território.

Ao fim da apresentação, **o CNZU aprovou a indicação da APA Estadual de Guaratuba para se tornar um novo Sítio Ramsar**. Mencionou-se que a SBF/MMA aguardaria uma manifestação formal do Estado do Paraná, apoiando a indicação e se comprometendo a conservar as características ecológicas das áreas úmidas presentes no proposto Sítio Ramsar. Ademais, faltaria a tradução da Ficha Ramsar para uma das línguas oficiais da Convenção. Somente com o atendimento destas condições, o MMA encaminharia a proposta ao Secretariado de Ramsar para avaliação final.

Na sequência, o Sr. Maurício Pompeu (SBF/MMA) explanou a respeito das candidaturas de outras 6 Unidades de Conservação Federais, dizendo que este seria o resultado da implementação da Recomendação CNZU nº 05/2012, onde são elencadas uma série de Áreas Protegidas como prioritárias para indicação a novos Sítios Ramsar. O trabalho teria sido desenvolvido pela SBF/MMA com auxílio de uma consultoria e com a colaboração dos gestores das UCs e do ICMBio Sede. As Unidades candidatas eram: REBIO Atol das Rocas; APA Fernando de Noronha + PARNA Marinho de Fernando de Noronha; ESEC Taim; PARNA Viruá; REBIO Guaporé; e PARNA Ilha Grande. Mencionou, ainda, que a SBF/MMA teria recebido, com grande satisfação, uma Moção assinada pelos participantes do 1º Seminário do Corredor de Biodiversidade do Rio Paraná, realizado entre os dias 31 de março, 01 e 02 de abril de 2014, juntamente com os membros da Rede Gestora do Corredor, manifestação de apoio incondicional ao processo de candidatura a novo Sítio Ramsar do PARNA de Ilha Grande.

Nesse momento, membros do CNZU explicitaram suas opiniões favoráveis às candidaturas e ajudaram a ilustrar a realidade de cada uma das UCs com suas experiências nas regiões. Em seguida, **o CNZU aprovou a indicação das UCs**

Federais REBIO Atol das Rocas; APA Fernando de Noronha + PARNA Marinho de Fernando de Noronha; ESEC Taim; PARNA Viruá; REBIO Guaporé; e PARNA Ilha Grande para se tornarem novos Sítios Ramsar. Foi dito, então, que as Fichas Ramsar de cada uma das candidatas seriam encaminhadas ao Secretariado de Ramsar para avaliação final e possível aprovação das designações.

Ao final, o representante da Associação Brasileira de Limnologia, o Sr. Reinaldo Luiz Bozelli, sugeriu que membros do CNZU poderiam ser designados para avaliação e posterior relatoria das próximas candidaturas. Neste caso, propôs-se que cada Ficha Ramsar seria analisada por um membro escolhido previamente que apresentaria uma relatoria da referida candidatura no momento da deliberação no CNZU. Tal proposta foi aceita por todos.

7. Encaminhamentos

- A representante da BirdLife Internatinal/SAVE Brasil, a Dra. Juliana Bosi de Almeida, sugeriu que o ICMBio fizesse uma apresentação sobre o Plano de Ação Nacional para Conservação das Aves Limícolas Migratórias. Nesta mesma linha, outros membros também sugeriram uma apresentação sobre o Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Rivulideos Ameaçados de Extinção;

- A SBF/MMA se comprometeu em encaminhar a minuta de relatoria em no máximo 15 dias para considerações dos membros;

- Os membros do CNZU seriam consultados para sugerirem informações ao Relatório Nacional sobre a implementação da Convenção de Ramsar, a ser entregue ao Secretariado de Ramsar até 01 de setembro de 2014;

- O Relatório Nacional elaborado para a COP-11 seria disponibilizado a todos membros para subsidiar, comparativamente, a análise crítica do novo relatório;

- Assim que o Secretariado da Convenção disponibilizar as minutas de resoluções da COP-12, a SBF/MMA as encaminhará aos membros do CNZU para avaliação;

- A Moção sobre o “novo código florestal”, apresentada na 10ª Reunião Ordinária do CNZU, realizada em maio/2012, seria avaliada pelo CNZU em reunião subsequente, desde que o documento fosse disponibilizado, pelos autores, em tempo suficiente para avaliação dos membros;

- A definição da extensão das áreas úmidas, que não fora discutida durante a Oficina de Trabalho deveria ser melhor debatido, em um primeiro momento por e-mail e, posteriormente, presencialmente em outras oportunidades;

- A SBF/MMA ainda receberia as indicações de especialistas para comporem a Comissão Técnica de Classificação e Inventário de Áreas Úmidas, que seria criada por Portaria do MMA;

- O relatório da oficina ocorrida em Arraial d'Ajuda/BA, sobre o PAN-Corais, seria revisado pelo ICMBio e, assim que finalizado, seria encaminhado aos membros do CNZU;
- Os membros do CNZU seriam designados para avaliação e relatoria das próximas candidaturas de Sítios Ramsar.

8. Encerramento

Ao final, sob a condução do Analista Ambiental e Ponto Focal Técnico de Ramsar no Brasil, o Sr. Maurício Pompeu, deu-se por encerrada a décima terceira reunião ordinária do Comitê Nacional de Zonas Úmidas.